



16º Fórum Abag

COP 15 – Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas



Abertura

Antonio Roque Dechen
Diretor da Esalq

Até este ano, em que a USP comemora seu 75º aniversário, a Esalq, uma das suas unidades fundadoras, cumprindo sua missão de formar profissionais nas áreas de ciências agrárias, biológicas e humanas, já graduou 12.092 profissionais.

Com potencial de interagir com a sociedade por meio de ações educativas, a Esalq disponibiliza quantificações e cálculos ba-

seados em informações, diretivas e metodologias aprovadas pelo Executive Board da Convenção do Clima do Protocolo de Quioto, assim como nas informações publicadas pelo IPCC, órgão da ONU.

O programa Esalq Clima preparou inventários das emissões de gases de efeitos estufa (*carbon footprint*) das suas atividades. Os palestrantes deste fórum receberão certificados de compensação de emissões decorrentes da participação deste evento.

Dessa maneira, a Esalq cria o crédito de carbono, para ser oferecido aos patrocinadores e participantes de eventos, como um certificado de redução de emissões.

De forma simples, mas comprometida, damos o primeiro passo.

Cada vez que participo de um evento da Abag, fico cada vez mais comprometido em tomar um posicionamento frente às situações de momento do agronegócio brasileiro.

O território neutro da universidade possibilita a abertura de corações para discussões. Temos ideias e precisamos formular propostas. Liebig, em 1840, dizia que “a agricultura é uma ciência e uma arte”. Temos de atuar nesse seguimento e lembrar a frase de Norman Borlaug: “Não se constrói a paz em estômagos vazios”.

Aliança Brasileira para o Clima (ABC)

Luiz Antonio Pinazza
Diretor da Abag

O objetivo aqui é contextualizar as discussões neste fórum. Em 1988, a Organização Meteorológica Mundial e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente criaram o IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas), para fornecer informações técnicas científicas e socioeconômicas para o entendimento das mudanças climáticas.

Depois, como resultado da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável, a ECO-92, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, surge o tratado internacional da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima.

Em vigor desde 21 de março de 1994, a Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas teve a sua regulamentação atribuída à Conferência das Partes – COP, órgão de reuniões anuais e composição formada de representantes

diplomáticos dos Estados signatários. A 1ª COP foi em 1995.

A 3ª COP, de 1997, tratou do Protocolo de Quioto, para redução das emissões de 37 países desenvolvidos listados no conhecido Anexo 1. Muito influenciado pelo 4º Relatório do IPCC, na COP-13, em Bali, 180 países reconhecem o aquecimento global. Ainda em 2007, Al Gore e o IPCC ganham o Prêmio Nobel da Paz. Assim, em escala crescente, os trabalhos relacionados à mudança climática sensibilizam a opinião pública.

Como resposta a esse ambiente, a Abag, em seu 7º Congresso, de 2008, desenvolve o tema Agronegócio e Sustentabilidade. Essa relação fica mais enfática no 8º Congresso, realizado neste ano, com o tema Agronegócio é Sustentabilidade.

Com a sustentabilidade na agenda de trabalho, a Abag realizou uma série de reuniões para tratar da COP-15, que será realizada entre 7 a 18 de dezembro próximos, em Copenhague, na Dinamarca. Essa iniciativa culminou com o lançamento da Aliança Brasileira pelo Clima (ABC), da qual fazem parte 14 entidades relacionadas ao agronegócio.

Alguns fatores motivaram esse posicionamento. Diante dos efeitos globais das mudanças climáticas, existe a responsabilidade para estabilizar os níveis

de gases de efeito estufa (GEEs) na atmosfera. Com matriz energética limpa (mais de 40%), mas imagem negativa vinculada às emissões por desmatamento, o Brasil deve assumir um papel de liderança nesse processo.

Comprometido com a mitigação de GEEs e as práticas para economias de baixo carbono, o Brasil conta com opções eficientes e sustentáveis no combate às mudanças climáticas, como o etanol, biodiesel, as florestas plantadas, o carvão vegetal renovável e outras formas de biomassa. Segundo o IPCC, quando se computam os números das queimas e do desmatamento, que ficaram fora do Protocolo de Quioto, o Brasil passa do 17º para o quinto lugar no *ranking* das emissões mundiais, sendo que três quartos das emissões nacionais vem do desmatamento.

Então, no âmbito da Convenção do Clima, é importante a adoção de metas ambiciosas, como reduzir, no mínimo, até 2020, 40% das emissões, em comparação aos níveis de 1990. Ao mesmo tempo, priorizar as tecnologias de mitigação disponíveis, economicamente viáveis e de impacto no curto prazo.

Com financiamentos de países Anexo 1, geração de créditos de carbono e agregação às atividades agrícolas, de florestas plantadas e de bioenergia, os países em desenvolvimento devem apresentar compromissos na forma de Ações de Mitigação Nacionalmente Apropriadas (Namas). O Brasil deve lançar o seu Plano Nacional de Mudança Climática.

Para a Metodologia de Redução de Emissões de Desmatamento e Degradação (Redd) cabe considerar o manejo sustentável de florestas para aumentar os estoques de carbono (Redd Plus) e mitigar a emissão de GEEs. Ou seja, o pagamento pelo desmatamento evitado. Não se trata só de reduzir, mas de reverter o fluxo das emissões.

Com emprego de fundos internacionais e mecanismos associados ao mercado no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), deve-se facilitar a definição da linha de base e o cumprimento da adicionalidade (manter a integridade ambiental).



Para reduzir custos de transação e incentivar projetos, desenvolver de programas de atividades de projetos (PoA) e de projetos setoriais. Nos projetos de florestamento e reflorestamento, por meio do monitoramento e seguro, que diminuam o risco de não permanência dos estoques de carbono, reconhecer a geração créditos.

No âmbito interno, desenvolver uma ampla Política Nacional sobre Mudanças Climáticas, que não prejudique a competitividade da economia e evite as contradições nas políticas públicas. Com a produção e o consumo de matérias-primas e energias renováveis, em cima de base científica, estabelecer o zoneamento ecoeconômico.

As negociações bilaterais com países como os da América do Norte, Europa e Oceania podem incentivar o uso de energias renováveis e programas de comércio de emissões via projetos de mitigação. Ter cuidado para que as Carbon Border Adjustment Taxes (sobretaxação de produtos importados baseada em emissões de GEEs), não se transformem em barreiras comerciais.

Para finalizar, é importante entender que a COP-15, além de ser o ponto de partida na busca por economias de baixo carbono, traz a expectativa de substituir o Protocolo de Quioto. Lá, o presidente Obama apresentará o seu primeiro grande posicionamento quanto às questões climáticas. Os EUA saíram do acordo em 2001. A ABC quer deixar a sua contribuição.

Comentários e perguntas do moderador

Roberto Waack

Diretor da Amata Brasil

Quero ressaltar a relevância do tema do ponto de vista do seu impacto na sobrevivência da espécie humana. Talvez esse seja o primeiro momento em que isso é debatido de uma forma consistente pela humanidade.

Como afeta de forma diferente cada país, esses elementos podem ser vistos com a perspectiva reativa, em função das potenciais ameaças, ou pró-ativa no sentido de surfar nas oportunidades.

Não temos luz suficiente sobre os modelos que virão. Vivenciar mudança de paradigma é uma situação de incertezas. Se isso traz receio, de outro lado também impulsiona a dar passos. Um dos elementos centrais desse contexto é a geração do conhecimento.

Esse ambiente confuso se assenta em pelo menos três pilares. O primeiro associado à questão da imagem. Muitas corporações iniciaram esse processo em razão de ganhos reputacionais, o que não tem nada de errado. O segundo se refere aos custos com a descoberta de novos elementos associados ao setor produtivo.

As organizações precisam lidar com esses passivos, que se transformam em legais (Código Florestal, uso do solo etc.). O terceiro elemento é o econômico. Existem oportunidades de ganhos independentes de passivos e da reputação.

PERGUNTA: Qual o papel do Brasil na consolidação de informações precisas referentes aos inventários de emissões, que o coloca em posição crítica?

RESPOSTA: Carlos Clemente Cerri,

Professor e Pesquisador do Cena/Esalq

Acabamos de fazer no Centro de Energia Nuclear (Cena/Esalq), a atualização das emissões de gases de efeito estufa do Brasil, publicado na revista *Ciência Agrícola*. Existe apenas uma única comunicação nacional, feita pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, de 2004, porém com dados de até 1994. Isso mostra que estamos defasados. Países como a Argentina já estão na segunda ou terceira comunicação, enquanto outros estão na sétima e oitava.

É o primeiro e único relatório com a metodologia do IPCC. Entre 1994 e 2005, houve um aumento das emissões de 8,8%. Não foi um crescimento exponencial, mas há pequeno incremento. Com relação à queima dos combustíveis fósseis, a despeito da contribuição da agricultura com os biocombustíveis, há um aumento de 44% das emissões em 2005 em relação a 1994.

Há um foco sobre a pecuária. Houve aumento das emissões em 20% pela fermentação entérica, enquanto nos solos agrícolas passou de 30% devido ao óxido nitroso (N₂O) na urina animal e nos fertilizantes sintéticos. Trata-se de um dos três gases mais importantes no efeito estufa, que tem um potencial de aquecimento de aproximadamente 300 em relação ao CO₂.

De modo geral, o aumento das emissões foi de 17%, considerando as queimas de combustíveis fósseis, resíduos, solventes e agricultura. Países europeus do Anexo 1 tiveram aumento bem maior. A caminho de ser um país do Anexo 1, que são os industrializados, o Brasil está na





69ª posição no *ranking* das emissões, sem considerar o desmatamento.

Temos potencial de trabalharmos na pecuária, com a introdução do sistema integração lavoura e pecuária, seleção genética, rendimento das pastagens, recuperação das pastagens degradadas dentre outros. Por meio do confinamento, podemos reduzir a área de pastagem de 176 milhões de hectares para 156 milhões de hectares. Pelas técnicas de biodigestão é possível reduzir as emissões de metano e N₂O de dejetos, enquanto o plantio direto introduz no solo 0,5 tonelada de carbono por hectare. Com 26 milhões de hectares, o Brasil sequestra 13 milhões toneladas de carbono por ano. Por força do Acordo de Marrakesh, isso ainda não pode ser revertido em lucro, porque não é uma atividade elegível em termos de crédito de carbono.

No caso do *carbon footprint*, ou seja, a redução da emissão de CO₂ para a produção de 1 quilo de carne, cada animal produz 15 quilos de sebo, que geram 12 litros de biodiesel para atender a uma demanda do País. Isso resulta em melhor balanço de gases.

Quanto a questão do *background* científico associado à questão das metas, podemos trabalhar de duas formas: reduzir as emissões e retirar o CO₂ que foi para a atmosfera. Não dá para tirar o metano, o óxido nitroso, o hexafluoreto de enxofre, entre outros.

O cenário é claro na redução da taxa de emissão. Em 2020 teremos menos de 35 milhões de hectares de desmatamento. Na questão da fixação do CO₂, temos dois locais. O primeiro, nas pastagens degradadas, que não dá para fazer por agricultura, com a revegetação natural chamada de juquira ou a secundária, porque talvez não valha a pena investir muito fertilizante numa área muito degradada no momento. O segundo, pelo reflorestamento, projetado para aumentar em 4,1 milhões de hectares a área.

PERGUNTA: Na questão da economia de baixo carbono, como o Brasil deve desenvolver o contexto estratégico da COP-15?

RESPOSTA: Marcus Guido Frank, Cliente Development Manager da McKinsey & Company

O estudo publicado pela McKinsey, em março deste ano, olha o potencial de redução das emissões de gases de efeito estufa do Brasil, um dos grandes emissores mundiais, em grande parte devido às emissões das florestas.

A contabilidade das emissões é feita por produção e não por consumo. O Brasil, como grande exportador de proteína, tem uma emissão muito grande. Não é um problema o agronegócio ser um grande emissor, mas, sim, é uma grande oportunidade de dar uma contribuição e reduzir as suas emissões.

Identificamos um potencial de redução de 35% das emissões do agronegócio, por meio de práticas diferentes. Com gestão de pasto, o Brasil teria um potencial de contribuir por meio de sequestro de até 100 milhões de toneladas de CO₂ por ano, até 2030.

A redução da emissão pode ser encarada como oportunidade, se for associada a um algum tipo de crédito de carbono. Na atividade florestal há muita incerteza a respeito de como a regulamentação evoluirá, mas sem dúvida nenhuma o pagamento por serviço ambiental é uma oportunidade.

É acreditar em milagre que haverá alinhamento na COP-15. Para fazer tudo

que seja possível dentro do ponto de vista técnico há duas formas: energia renovável e sequestro de carbono. Quanto mais agressivo for o acordo mundial para a humanidade migrar de forma rápida a sua matriz energética, maior será a sua demanda por biomassa.

O Brasil será o celeiro do mundo de biomassa renovável se tiver credibilidade. Com os mandatos atuais em 2020, a demanda mundial por etanol triplica e vai para 220 bilhões de litros. Como 90% são produzidos internamente pelos países que consomem muito, sobram 10% para comércio internacional. Apesar de conservador, isso daria US\$ 15 bilhões por ano de exportação.

De qualquer forma, o etanol tem que ser produzido de forma sustentável. O presidente Clinton falou bem: “você não precisa me explicar mais uma vez que não plantam etanol da Amazônia, eu sei disso”. A verdade é que os mercados consumidores não consumirão o etanol de um país com o desmatamento controlado.

No mercado externo, com uma meta de 20% de produção de energia renovável em 2020, a Comunidade Europeia importará muita biomassa.

O Brasil é também o país mais competitivo do mundo para produzir celulose. É a mesma coisa plantar árvore e exportar



tar biomassa. Com mercado de U\$ 30 bilhões, quanto o Brasil conseguirá capturar disso dependerá de como irá organizar a sua indústria florestal.

Saindo da energia renovável, a outra opção é sequestrar carbono. É possível juntar o útil ao agradável, no sentido de recompor um passivo ambiental e restaurar as APPs, para ganhar crédito.

O reflorestamento não significa perder área produtiva, mas ganhar crédito de carbono pela recomposição da biodiversidade e a exploração econômica. No caso de RL, as empresas pensam em como fazer a gestão de uma floresta plantada de nativas, com multiespécies, para tirar de forma sustentável madeiras, óleo e frutos. Isso poderia trazer US\$ 5 bilhões como crédito de carbono.

Concordo com a posição de não utilizarmos o Redd como um crédito barato. Mas, vamos sair da defensiva para a ofensiva. Se for fazer o que o IPCC pede, poderá ser feito tudo que o é possível em floresta.

PERGUNTA: Quando a gente coloca a questão de desflorestamento, o Brasil vai para o topo da lista. Há oportunidade nessa integração agricultura e floresta?

RESPOSTA: Sérgio Leitão, Greenpeace

Nasci numa cidade do interior do Ceará, chamada Crateús. Meu pai, que vendia tratores, dizia que se você falasse a verdade para o produtor, não tinha porteira fechada no ano seguinte. Ele muitas vezes deixava de ganhar uma comissão maior, mas não aceitava vender um trator de maior porte. Como nunca teve porteira fechada na vida, por conta desse conselho dele tentarei ser honesto e sincero com essa audiência que me dá o prazer de ouvir.

Essa discussão sobre clima é feita com atraso de 17 anos pelo setor produtivo no Brasil, quando houve Convenção do Clima de 92, no Rio de Janeiro. Isso pode ter consequências graves. Há ainda uma dificuldade de compreensão da parte do setor sobre as suas reais responsabilidades e oportunidades.

O documento da Aliança cita que os países desenvolvidos devem ter metas, embora os em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, não devem tê-las. Caminhamos para ter metas. Essa discussão atrasa o conjunto de responsabilidades que o setor produtivo brasileiro deverá fazer quando formalmente teremos a responsabilidade de ter metas. Seremos pegos de calças curtas.

A pujança da agricultura do estado de São Paulo, com esta escola e o Instituto Agrônomo de Campinas, vem do fato de fazer a transição do braço escravo para a mão de obra livre antes que o País como um todo o fizesse. O Rio de Janeiro ficou discutindo se deveria ou não acabar com a escravidão. Então, vocês estão esperando que as normas e as regras ambientais cheguem?

O barão de Mauá, líder da industrialização no Brasil, liquidou todos os seus negócios ligados ao tráfico de escravos em 1846, quando o governo criou a tarifa Alves Branco, que permitia uma taxa diferenciada para produtos fabricados no País. Acabamos com a escravidão em 1888. Mauá tinha visão mais avançada que a dos “comerciantes de escravos”.

Do ponto de vista do setor produtivo existe não necessariamente uma preocupação com a questão de mudança climática, mas uma agenda que sinaliza a

regressão de uma série de leis importantes para o Brasil apresentar uma postura diferenciada em relação à questão ambiental. Não podemos propor um Código Ambiental que destrói a legislação ambiental. Ela dá condições para o produtor no debate internacional, pois permite margem de negociação entre produção e conservação ambiental, além de dar as bases para o Brasil ter respeitabilidade.

Por que o Greenpeace fez o acordo com a Abiove na moratória de soja, e agora com quatro maiores frigoríficos do Brasil na questão da carne? Não tentamos quebrar a produção? Encampamos um dia mundial sem carne e dissemos “fora a soja da Amazônia”? A moratória de soja é uma espécie de estandarte das boas práticas do setor, porque nós tínhamos essa base de legislação. Se tiramos isso, o que sobrar?

Um dos pontos no documento da Aliança é a questão da não aceitação de leis que criem barreiras não tarifárias ao ingresso de produtos brasileiros no exterior. Isso é uma realidade, não adianta lutar contra isso.

A França já fez isso e a Suécia está fazendo isso, enquanto os Estados Unidos estão discutindo isso agora no Congresso. O Brasil já fez isso quando brigou na OMC para não aceitar o pneu produzido fora, que afetava os empregos da indús-



tria aqui. Usou justamente o argumento da saúde.

Para ter o entendimento do barão de Mauá, o Brasil tem um dever de casa a ser feito e se preparar para as negociações internacionais, cujo problema é a assimetria nas diferenças entre os países, que não podemos aceitar.

O documento da Aliança cita ainda que “o aumento da produtividade das diversas culturas brasileiras e a disponibilidade de áreas agricultáveis, as alteradas pelo homem inclusive, de áreas degradadas, dispensam a necessidade de conversão de florestas”. A tradução disso é o desmatamento zero, caso contrário significa, até 2020, a derrubada e queimada de 1.5 bilhão de árvores. Com a entrada do pré-sal o Brasil dobrará suas emissões, atualmente de 1.5 bilhão de toneladas de carbono.

Quem inventou a reserva legal foi José Bonifácio, em 1821, quando estabeleceu para cada propriedade a reserva de um sexto das suas matas, o que corresponde a mais ou menos 15%. Em 1934, na gestão do presidente Getúlio Vargas, surge o primeiro Código de Floresta, com a reserva legal de 25%. Houve um desconto de 5% na década de 1960. Todos estavam preocupados com a função econômica da floresta.

É importante colocar a integração lavoura, pecuária e floresta. A representatividade da floresta no PIB brasileiro é de 8%. O mesmo acontece com a agricultura energética. O maior programa de biocombustíveis do mundo, o Proálcool, foi ridicularizado no começo. O biodiesel ficou no papel.

O padre Cícero tinha os preceitos ecológicos, quando dizia “planta todo ano um pé de algaroba, faveira, jurema etc. para o sertão ter chuva e não virar deserto”.

O documento Aliança também diz que mecanismos de comércio de permissão de emissão são essenciais para o regime de mudanças climáticas. Isso é financiar florestas com Redd. Vamos dar as florestas baratas para os estrangeiros não fazerem a redução de emissões e mudarem as suas matrizes? É bom cotejar a questão do Redd.

PERGUNTA: Quais as luzes dos compromissos assumidos pela pecuária?

RESPOSTA: Ocimar Vilella, Superintendente do Instituto para o Agronegócio Responsável (Ares)

Essa diferença de produção entre o Rio e São Paulo tem muito a ver com as diferenças ligadas à topografia e à qualidade do solo. Sobre o documento da Aliança esperamos críticas. Isso constrói. Como é um compromisso entre estados, o sistema produtivo não pode estabelecer metas.

Temos grandes expectativas com relação a pagamentos de serviço ambientais. É uma grande oportunidade com relação ao Redd, que será dirigido para as áreas de menor custo de oportunidade. As grandes áreas estão mais incluídas na Namas, que são as metas de mitigação nacional.

A baixa emissão de carbono é o grande caminho para a agricultura nacional. O sistema produtivo começou um pouco tarde a discutir essas questões. A preocupação estava em ocupar áreas e produzir, para dar essa sustentabilidade alimentar ao brasileiro, além, é claro, de ajudar no equilíbrio nas contas do País.

A carne, por exemplo, 80% são para consumo interno. Um grande zootecnista, que foi meu professor, João Barisson Villares, falava da relação direta entre o consumo *per capita* de carne e o desenvolvimento de um país.

A moratória da soja trará benefício futuro para o produtor, principalmente na Amazônia Legal, que poderá falar para as ONGs: “Estivemos do lado da moratória e construímos isso junto. Agora é preciso ajudar cobrando mais da nossa produção. Somos o país que mais produz com sustentabilidade”.

Fora do Brasil e do Paraguai, não existe nenhum país que exija reserva legal. Não recebemos elogios e somos prejudicados por isso: quando é lei no país, não gera crédito de carbono.

Há poucos dias, acompanhava o projeto sobre os rios voadores. Eles contataram na Europa um investidor que queria um produtor com autorização de desmate. Arrumamos um em Alta Floresta. Na hora da negociação para a liberação



da verba a conversa mudou. Uma coisa é certa: para avançar no caminho do desmatamento zero, o produtor precisa ser compensado.

Estamos envolvidos na questão da moratória da pecuária, como presidente do grupo de trabalho da pecuária sustentável.

As ferramentas e as condições são bem diferentes, quando comparadas com a soja, o boi se movimenta. O caminho de monitoramento será por meio do Cadastro de Propriedade. Existe uma demanda dos governos estaduais para se fazer cadastramento socioambiental das propriedades agrícolas do país. A tendência natural é começar com um *pool* de produtores e desenvolver a contabilidade também do balanço das emissões, da reserva legal etc. Seguir os pontos georreferenciados do Inpe e checar o desmatamento.

Num primeiro momento, o grande desafio é monitorar os fornecedores diretos de boi gordo. No segundo momento, é monitorar o fornecedor desse fornecedor, ou seja, aquele produtor de cria ou recria, que vende o boi magro para produtor de boi gordo. Não sabemos se o resultado será em seis meses, um ano ou dois anos. Tivemos a preocupação de conversar com o sistema produtivo, principalmente, da Amazônia Legal.

Moderador Roberto Waack

Diretor da Amata Brasil

Queria fazer uma amarração com base em quatro blocos de questões aqui apresentadas.

A primeira diz respeito às regras do jogo que a atividade mais sustentável vai se estabelecer: a importância das *rounds tables*, dos sistemas *multi-stakeholders*, dos sistemas de certificação, sob a ótica da governança

A segunda se relaciona à base científica que sustenta a discussão do uso do solo, como a reserva legal. Um dos grandes desafios é buscar referência acadêmica e científica para fundamentar os princípios os critérios e *standard*.

A terceira inclui em como desenvolver uma legislação e o ambiente institucional para acolher o lado econômico e social do manejo florestal sustentável.

A quarta se refere ao papel político do Brasil na COP-15, de como se preparar para essa negociação na parte do zoneamento agrícola, do processo de financiamento da agricultura, do papel da pesquisa, desenvolvimento e inovação, dentre outras.

Comentários & conclusões

Assumir o desafio

João de Almeida Sampaio Filho

Secretário Estadual de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

A agricultura paulista precisa olhar a questão climática como oportunidade. A mitigação tem tudo a ver com a agricultura. Por sua vez, com produtividade, a emissão será menor na pecuária. Floresta, quem planta é o agricultor. Para substi-



tuir o combustível fóssil pelo renovável, é o agricultor de novo quem planta cana, mamona, soja etc. Se for para substituir a sacola plástica, quem planta juta? Essa é a linha de raciocínio.

Um grande desafio do governo está na pesquisa e no desenvolvimento da tecnologia para otimizar o uso da terra e conseguir a redução das emissões. Vamos encarar isso e ir a Copenhague com uma proposta ambiciosa, porque temos condição de cumprir e mostrar ao mundo.

Estive recentemente no Ministério da Agricultura e no Itamaraty. Fiquei preocupado. Acho que não temos uma posição formal e, para ser franco, nem informal. Está no contexto da discussão, muita coisa ainda para acontecer.

Para termos uma agricultura sustentável, vamos atrás da inovação. Existe uma série de premissas para trabalhar. Apesar de ser rica em potássio, não adianta só jogar a vinhaça no solo, só para adubar a cana. Vamos descobrir um modelo para sintetizar o potássio da vinhaça? Deve haver algum caminho. No começo é caro, mas com o tempo se descobrem novas fórmulas.

A agricultura precisa de inovação tanto no tema da reserva legal como na integração lavoura, pecuária e floresta. Concorro que é difícil o pecuarista se transformar

no agricultor de grãos. Tenho insistido aqui em São Paulo na integração cana e pecuária. O confinamento tem parecido, com resultados interessantes. A alimentação de animais proporciona ganho de peso, otimiza o espaço e vai ao encontro na questão das mudanças climáticas.

Meta paulista

Francisco Graziano Neto

Secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo

Nas articulações globais sobre mudança de clima, o estado de São Paulo participa de uma espécie de ONU paralela que aglutina aproximadamente 300 províncias autônomas em todos os cantos do mundo. São Paulo, pelo terceiro ano seguido, é copresidente dessa rede.

Estamos alinhados com as políticas exercidas pela Califórnia, que é *top* de linha. Vamos à Copenhague levar a lei paulista de mudanças climáticas, com a autonomia que os estados têm na Federação.

De acordo com a tendência mundial, São Paulo assumirá compromissos para a realização de seus inventários, com a meta de reduzir pelo menos em 20% as suas emissões de CO₂ até 2020. Enfrenta-



mos uma razoável oposição para aprovar essa meta na Assembleia, especialmente do setor industrial.

Com a agenda de mudanças de clima surgirão oportunidades para o Brasil. O estado de São Paulo sairá na frente da construção da nova economia, de descarbonificar os processos produtivos. Uma mudança de paradigma em relação aos últimos 250 anos. Liderar essa transformação é o papel de quem acredita na mudança e tem as oportunidades do Brasil, especialmente nas energias renováveis.

A contribuição da agricultura será muito maior do que se estima e por si só suficiente para retirar certa imagem negativa que se faz do País, que o maior responsável pelas emissões é a agricultura. E aí aparece a campanha contra o consumo de carne, como parte do preconceito existente contra os agricultores.

Em Copenhague será mostrado que São Paulo pretende recuperar 1 milhão de hectares em mata ciliares até 2020. Com isso, haverá sequestro 220 milhões de toneladas de equivalentes em CO₂. Se colocarmos na conta o não uso da gasolina pelo uso de etanol, haverá uma redução de 24 milhões de toneladas de CO₂ equivalente por ano. Somente nessas duas formas São Paulo cumprirá a meta de 40% de redução até 2020.

Tenho três breves observações e vou terminar.

A primeira é de que deveríamos dar uma moratória no desmatamento do Brasil no mínimo cinco anos. Somos a favor de acabar com qualquer desmatamento e cancelar as autorizações para desmatar, a partir do momento em que o Congresso Nacional tomar essa decisão.

A segunda é sobre a frágil base científica de informações. É impressionante. Não se sabe direito nada. Há uma “chutometria” não só nas questões relacionadas à agricultura, mas principalmente nelas. Veja essa conta de que para produzir 1 quilo carne gastam-se 15 mil litros d’água. Nunca achei quem calculou isso.

Tive uma informação definitiva, que poucos conhecem. Dizem que o metano vale 21 vezes o CO₂. O professor Gilvan

Rocha, da USP, pioneiro do Brasil no IPCC, a meu pedido, após estudar o assunto, concluiu que deve valer entre cinco e seis vezes.

Provavelmente, em março do próximo ano, a Cetesb divulgará, por setor, a conta do inventário paulista. Não é previsão, é contabilidade ambiental. O tema do aquecimento global deixa todo mundo nervoso, sem tempo para a comunidade científica gerar as informações adequadas.

Mesmo com a fragilidade das informações, ninguém se iluda com o tamanho do problema. A civilização está ameaçada de desaparecer por conta da crise ecológica.

O terceiro é que, embora ninguém saiba o que acontecerá na COP-15, há a percepção da força do consumidor e a competição dos mercados provocam mudanças nas empresas.

A discussão insana entre ambientalistas e agricultores, que se acirrou recentemente, atrapalha o desenvolvimento sustentável do País. As pessoas disputam quem tem o melhor discurso e plateia.

No Congresso Nacional, parece que um quer arrancar um pedaço da orelha do outro. Este fórum mostra que devemos lutar para vencer o debate ideológico desnecessário. Se o agricultor deve ser ambientalista, este, se aprendesse a carpir uma roça, seria também muito bom para a agricultura, veria como é dura a vida do agricultor.

As bandeiras da Abag

Carlo Lovatelli
Presidente da Abag

Agradecemos a Esalq e também à Associação Nacional de Defensivo Vegetal (Andef) e o Conselho de Informação de Biotecnologia (CIB) pelo apoio dado ao evento de hoje. O tema do clima tem nos angustiado. Estamos preocupados e queremos participar do processo de solução. Gostaríamos de uma atuação

forte e personalizada do Brasil nessa negociação.

Queremos benefícios para os trabalhos do meio ambiente feitos no Brasil de forma responsável, concreta e tangível. A agropecuária brasileira precisa de incentivos para isso.

Este fórum foi diferente dos 15 anteriores. Não haverá exposições estruturadas. Os temas foram distribuídos para motivar o debate e criar uma massa crítica.

Lembrava o secretário João Sampaio da fabricação de ácido fosfórico, para a qual importamos o enxofre, que em boa parte fica inaproveitável na pilha de gesso. Esse produto é pouco utilizado para outras finalidades.



Concordo com o secretário Xico, sobre a carência e a falta de seriedade de informações disponíveis. Isso tem atingido o empresariado e as entidades ligadas ao agronegócio.

O ABC é uma tentativa de recuperar o atraso e de entrar no diálogo. Temos insistido que essa dicotomia entre meio ambiente e agricultura não deve persistir. Há muitos Ministérios que apitam no agronegócio, não são nem dois. Essa sempre foi a bandeira da Abag.